REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES

Estudo Prévio

Estudos de Caraterização

2-Atividades económicas

Estruturas de apoio às Atividades Económicas

Novembro 2015

GIPP, Lda.

revisão pdm plano diretor municipal de CHAVES

1. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO DAS ESTRUTURAS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS 2
1.1. INTRODUÇÃO 2
1.2. SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS 2
1.3. ATORES LOCAIS 8
1.4. ÁREAS DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL 12
1.5. EQUIPAMENTOS DE SUPORTE ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS 21
2. MODELO TERRITORIAL DAS ESTRUTURAS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS 26
2.1. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO 26
2.2. ANÁLISE SWOT 29
2.3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL 30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 33

1. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO DAS ESTRUTURAS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS

1.1. INTRODUÇÃO

Ainda que se tenham efetuado importantes investimentos na dotação de espaços qualificados para o acolhimento de empresas nos últimos anos no território concelhio, o município de Chaves possui ainda um conjunto limitado de serviços e equipamentos de apoio à atividade económica, resultante do fraco dinamismo económico e empresarial quer de Chaves quer da sua região envolvente. A dotação em infraestruturas de atuação e suporte são importantes na conversão e modernização das empresas locais em níveis de competitividade semelhantes ao tecido empresarial do litoral e na criação de maior valor acrescentado à economia local e regional. Estas estruturas contribuem para uma maior atratividade empresarial do município e da região do Alto Tâmega e são um suporte ao desenvolvimento das atividades económicas e do emprego numa região com fortes perdas populacionais, mas com grandes potencialidades de crescimento, dado principalmente a uma localização privilegiada junto à Galiza, ao seu potencial turístico, principalmente na vertente termal, e aos seus recursos naturais e endógenos.

1.2. SERVIÇOS PÚBLICOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS

No âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), foi redefinido o modelo de organização dos diversos organismos do Estado, visando a uniformização da organização territorial da administração central. As estratégias de desenvolvimento e de reorganização de funções e de serviços da Administração Central e Local apontam para a utilização das NUTS III como unidade territorial de referência para funções de planeamento, coordenação estratégica e de desenvolvimento económico, social e ambiental, com a exceção da segurança pública, proteção civil e serviços com funções financeiras (finanças e segurança social), que neste caso, adotarão como matriz territorial os limites distritais. Contudo, a divisão territorial da NUT III do Alto Trás-os-Montes foi um das poucas exceções à regra, dada a sua extensão territorial e ao deficit de acessibilidades existentes, realçando a inexistência de um eixo viário estruturante ao longo da NUT III. O peso de Chaves como cidade de comércio e de serviços de uma vasta região que extravasa as fronteiras portuguesas, contribuíram para a afirmação da Região do Alto Tâmega no mapa da organização do sistema de administração pública, e para o não encerramento ou deslocalização de diversos serviços públicos de importância crucial para o crescimento económico e social. Estes serviços públicos, localizados no concelho, de apoio às

atividades económicas e ao tecido empresarial aparecem sob forma de delegações ou unidades periféricas.

Emprego e Formação Profissional

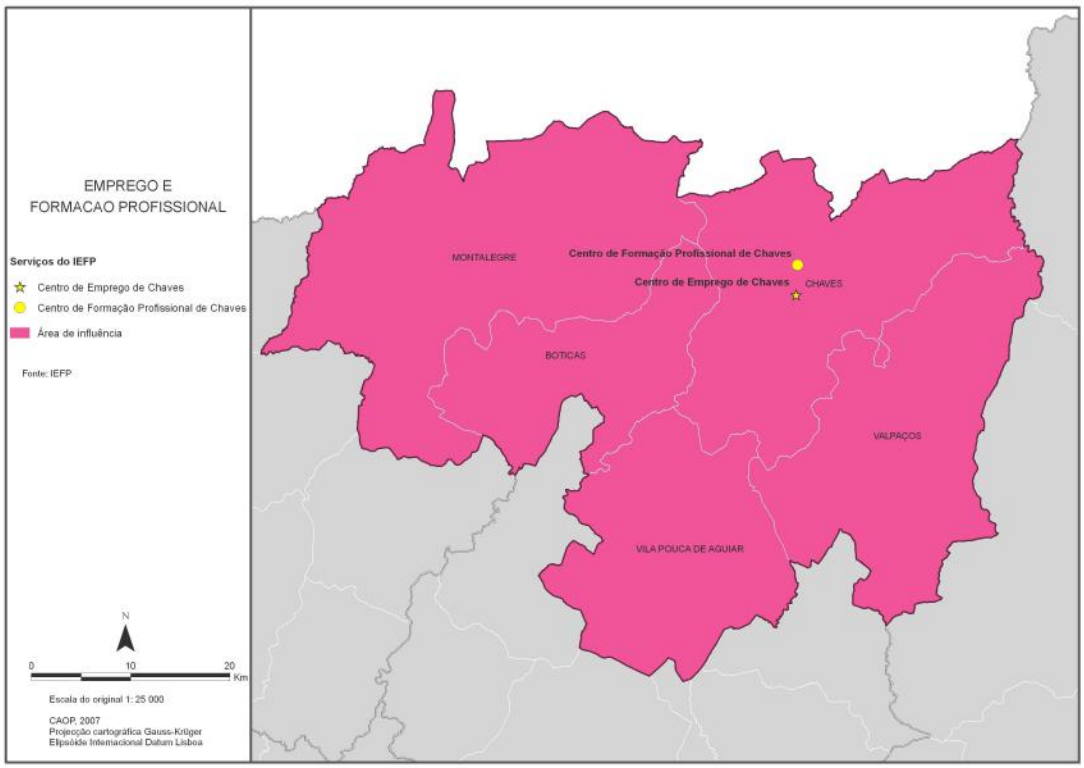
O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) dispõe no município de um Serviço de Emprego e de um Serviço de Formação Profissional, serviços inseridos no Centro de Emprego e Formação Profissional do Alto Tâmega da Delegação Regional do Norte.

O Serviço de Emprego de Chaves localiza-se na zona histórica da cidade de Chaves (freguesia de Santa Maria Maior) e tem nos seus serviços o apoio à contratação, empreendedorismo, estágios de emprego e emprego-inserção.

Imagem 1.1 - Cento de Emprego de Chaves

O Serviço de Formação Profissional de Chaves, localizado na Zona Industrial de Outeiro Seco está orientado para a formação profissional, nomeadamente através de modalidades de formação para jovens, modalidades de formação para adultos e para o reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC).

Imagem 1.2 - Centro de Formação Profissional de Chaves



Setor agroflorestal

Dada a importância que o setor agroflorestal ocupa na região do Alto Tâmega, o Ministério da Agricultura e do Mar possui diversas unidades periféricas instaladas na cidade de Chaves, com áreas de influência que extravasam os limites administrativos do município. Também neste caso, a divisão territorial dos diversos serviços que integram este ministério foram alvo de reestruturação, no âmbito do PRACE, com implicações nas unidades já instaladas no concelho.

De destacar a criação da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), com sede em Mirandela, que integra as atribuições da extinta Direção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (DRATM). Os agrupamentos das zonas agrárias foram extintos, passando-se a denominar delegações regionais. No município passa a estar localizada a sede da Delegação Regional do Alto Trás-os-Montes da DRAPN, no Campo da Fonte, com uma área de influência que abrange os municípios que compõem a região do Alto Tâmega e o município de Mirandela.

Imagem 1.3 - Delegação Regional do Alto Trás-os-Montes da DRAPN

Neste espaço fica ainda instalado o núcleo de Chaves da DRAPN, com influência municipal. A DRAPN e respetivas delegações têm por missão participar na formulação e na execução das políticas nas áreas da agricultura, de produção agroalimentar, de desenvolvimento rural e das pescas.

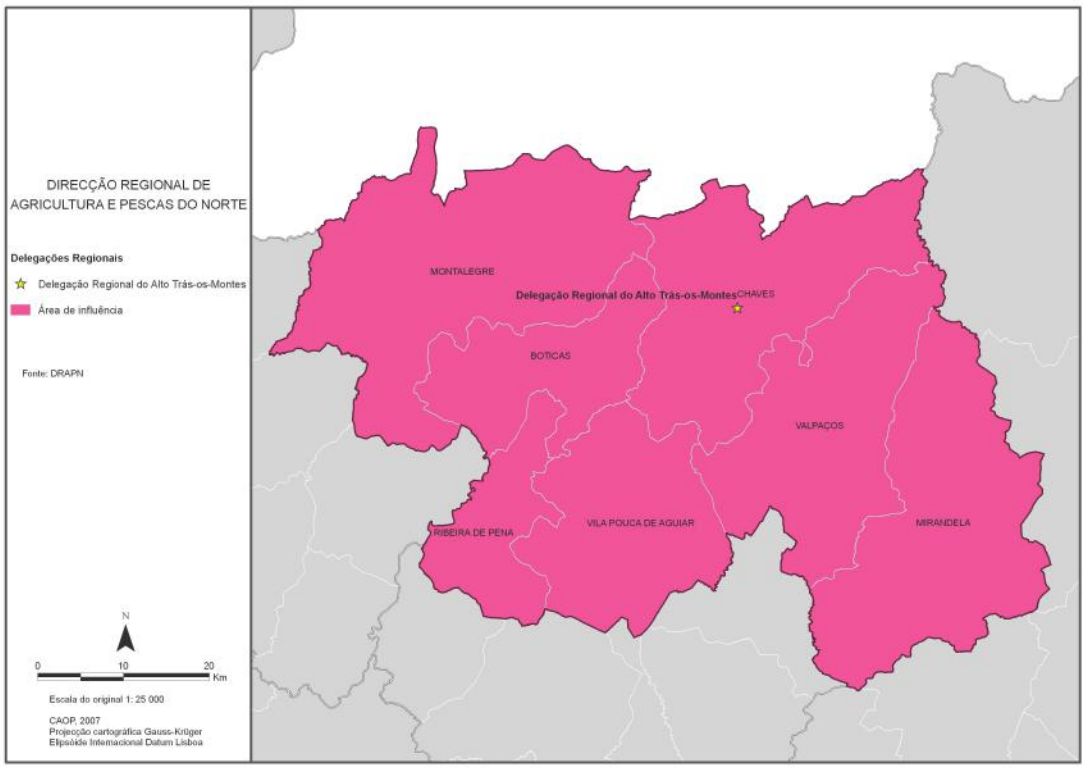
No município localiza-se também uma unidade periférica do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP), organismo da administração indireta do Estado, sob superintendência e tutela do Ministério da Agricultura e do Mar. A área geográfica corresponde à região do Alto Tâmega. Este organismo tem por missão proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação de diversas medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos.

Imagem 1.4 - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

A Direção de Serviços Veterinários da Região Norte (DSVRN), serviço desconcentrado da Direção-Geral de Veterinária (DGV), dispõe em Chaves da sede da Divisão de Alimentação e Veterinária de Chaves-Mirandela, no Campo da Fonte, tendo por área de atuação o distrito de Vila Real. Este organismo, com sede no Campo da Fonte, tem como missão representar, assegurar e praticar os atos, processos e ações de competência da DSVRN na sua área geográfica e coordenar a execução do Plano Nacional de Saúde Animal na Região Norte.

Relativamente ao setor das florestas, no município localizam-se os Serviços Florestais Locais, na Avenida 5 de Outubro. Esta unidade é um serviço dependente da Unidade de Gestão Florestal do Barroso Padrela, com sede em Vila Pouca de Aguiar, e que por sua vez integra o Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte, com sede em Vila Real. o Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte é uma unidade orgânica desconcentrada, de âmbito regional ao nível da NUTS II, do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICFN).

Imagem 1.5 - Serviços Florestais Locais



Atividade empresarial

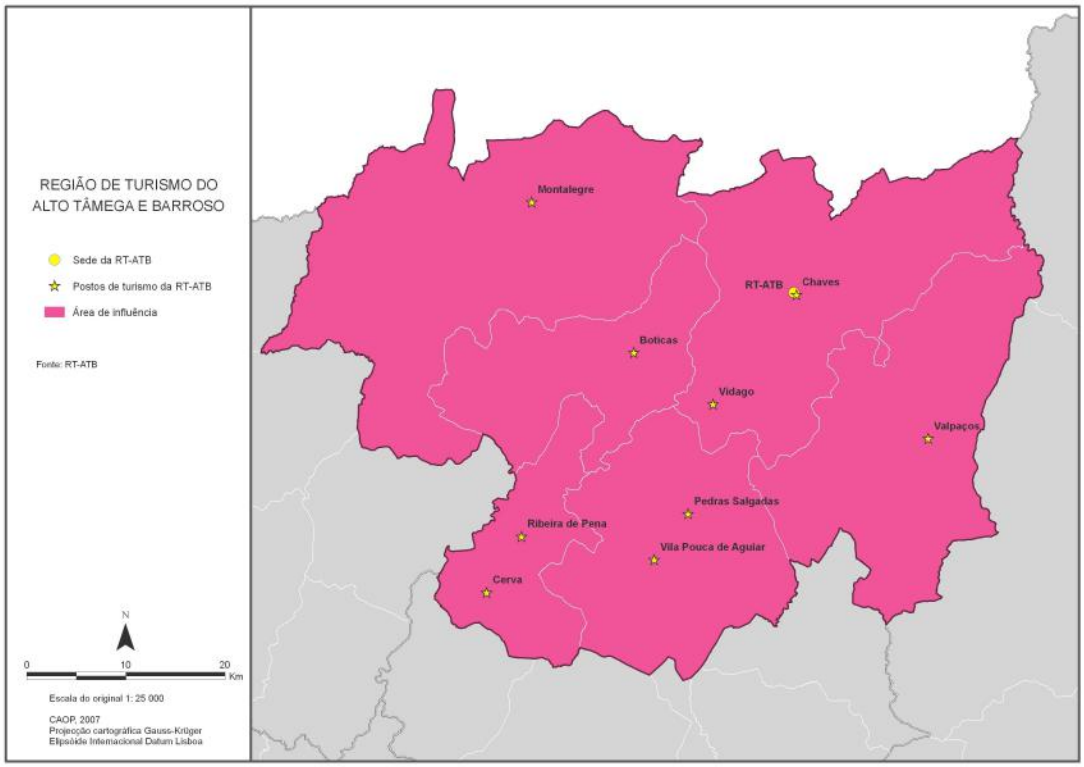
Com atribuições no apoio à atividade empresarial, não existe nenhum serviço público instalado no município. Na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, existe apenas um Centro de Apoio Empresarial da Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (IAPMEI), sob a tutela do

Ministério da Economia, com sede na cidade de Bragança. O IAPMEI tem como em por missão promover a competitividade e o crescimento empresarial, visando o reforço da inovação, do empreendedorismo e do investimento empresarial, nas empresas que exerçam a sua atividade nas áreas sob tutela do Ministério da Economia, com exceção do setor do turismo, designadamente das empresas de pequena e média dimensão.

Turismo

O turismo tem vindo a ganhar um peso crescente na economia nacional, afirmando-se muitas vezes como principal "alavanca" de desenvolvimento em regiões do interior. As regiões de turismo foram alvo de reorganização, no âmbito do PRACE, tendo sido criado um organismo central do turismo único, responsável pela prossecução da política de turismo nacional – o Turismo de Portugal, I. P. – e a consideração de cinco áreas regionais de turismo as quais incluem toda a área abrangida por cada uma das NUTS II, tendo sido descentralizadas as regiões de turismo para associações de municípios ou outras entidades supramunicipais. Nas áreas regionais de turismo são ainda criados pólos de desenvolvimento turístico, que no caso da região Norte, contempla o pólo de desenvolvimento turístico do Douro. A entidade regional de turismo do Norte adota a denominação de Turismo do Porto e Norte de Portugal e fixa a localização da sua sede em Viana do Castelo. A Turismo do Porto e Norte de Portugal possui ainda cinco delegações que visam dinamizar produtos turísticos estratégicos definidos no Plano Estratégico Nacional do Turismo. O potencial existente na vertente termal da região do Alto Tâmega em geral e do concelho em particular é bem claro na consideração de uma delegação em Chaves de dinamização do produto estratégico Saúde & Bem-Estar.

A informação turística sobre Chaves e o Alto Tâmega é assegurada, no município, pelos Postos de Turismo de Chaves e de Vidago. Estes dois postos possuem bastante informação de apoio ao turista e têm em exposição algumas peças de artesanato originárias da região.



1.3. ATORES LOCAIS

Setor agroflorestal

A dispersão da oferta e a organização frágil dos setores produtivos dificultam a promoção dos produtos, bem como o seu escoamento e comercialização. No município de Chaves localizam-se diversas cooperativas, com influência supramunicipal, ligadas ao setor agrícola que permitem o escoamento e a comercialização dos produtos agrícolas da Região do Alto Tâmega. O associativismo agrícola e a prestação de serviços de consultadoria agrícola são importantes no apoio aos agricultores, uma garantia de produção de produtos de qualidade e são os principais responsáveis pelo escoamento dos produtos. Desempenham ainda um papel importante na preservação ambiental e biodiversidade bem como na certificação e segurança alimentar. São ainda os principais impulsionadores da promoção, gestão e desenvolvimento dos produtos tradicionais locais e regionais, como é o caso da Cooperativa Agrícola Norte Transmontano, responsável pela solicitação do registo e gestão da Batata de Trás-os-Montes, produto que beneficia de Indicação Geográfica Protegida (IGP).

Contudo, o setor cooperativo, além de evidenciar debilidades ao nível da gestão, o seu processo de profissionalização e especialização das funções mais relevantes tem sido lento. É necessário modernizar e reestruturar as unidades de transformação existentes, quer ao nível de novas

tecnologias e controlo de qualidade, quer ao nível das estruturas de apoio à comercialização dos produtos. A integração dos agricultores e seus agentes a uma maior escala territorial de intervenção, nomeadamente do Alto Tâmega e da região de Verín, permite também criar novas iniciativas e divulgar experiências, possibilitando a criação e o reforço de associações em áreas deficitárias. A criação de sinergias e economias de escala através de formas de integração ou cooperação para atuar ao longo das diversas fileiras permite implementar estratégias empresariais mais consistentes nos domínios da gestão, do marketing e da qualidade, para fazer face às novas condições de concorrência a nível local e global.

Quadro 1.1 - Associações agroflorestais com sede ou delegação no município

ASSOCIAÇÕES
Associação Florestal e Ambiental do Município de Chaves (AFACC)
Associação de Produtores de Leite e Agricultores do Alto Tâmega (APLAT)
Associação dos Pastores Transmontanos (APT)
Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP)
Federação da Agricultura de Trás-os-Montes e Alto Douro (FATA)

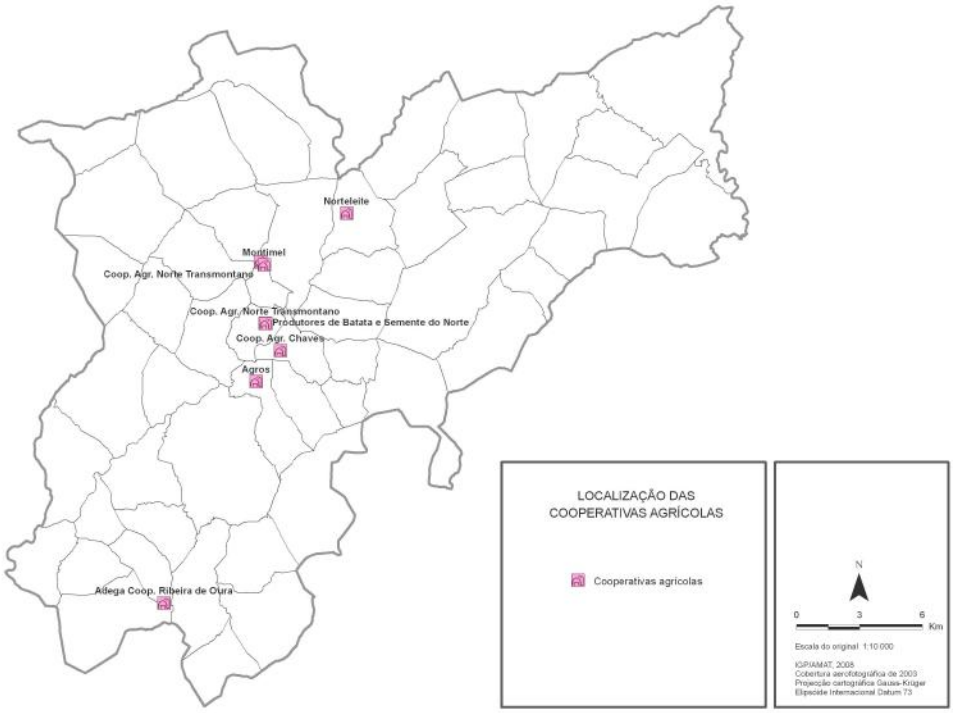
Quadro 1.2 - Cooperativas agrícolas localizadas no município

COOPERATIVAS AGRÍCOLAS
Adega Cooperativa Ribeira de Oura, CRL
AGROS – União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes
Cooperativa Agrícola de Chaves
Cooperativa Agrícola do Norte Transmontano, CRL
Montimel – Cooperativa de Apicultores do Alto Tâmega, CRL
NorteLeite – Cooperativa Agrícola, CRL
Produtores de Batata Semente do Norte – União das Cooperativas Agrícolas, UCRL

Para responder às solicitações dos operadores e empresas industriais em matéria de qualidade, segurança alimentar e ambiental, a autarquia criou uma associação de índole científica e técnica, denominada AQA – Associação para a Promoção da Qualidade e Segurança Alimentar e Ambiental. A constituição desta Associação tem como objetivo o exercício da atividade de investigação científica, orientada para a prestação de serviços no campo da promoção da qualidade e segurança alimentar e ambiental, da inovação tecnológica, bem como a colaboração, neste âmbito, com organismos, empresas e instituições.

A AQA surgiu tendo em conta que o crescimento das trocas internacionais de produtos agrícolas e alimentos coloca desafios e oportunidades para os operadores e empresas industriais, nacionais ou estrangeiras, com responsabilidade nos domínios da qualidade e segurança alimentar e

ambiental. Foram também tidos em conta os desenvolvimentos tecnológicos dos modos de produção agrícola, das novas tecnologias de preparação e embalagem dos produtos, e as crescentes preocupações ambientais, aspetos que aumentam a necessidade, por parte das empresas industriais desta área, do adequado apoio técnico.



Setor industrial e comercial

As associações empresariais são associações sem fins lucrativos, que representam e defendem os interesses de empresas e empresários dos diversos setores de atividade, através da prestação de serviços e visam promover o desenvolvimento económico de uma região, cooperando ativamente com entidades públicas e privadas. A NERVIR – Associação Empresarial de Vila Real, como sede em Vila Real, abrange todo o distrito, e possui uma série de infraestruturas e serviços de apoio às empresas, incluindo uma escola de formação. Contudo, verifica-se que existe uma baixa representatividade desta instituição quer no concelho, quer na região do Alto Tâmega.

A ACISAT – Associação Empresarial do Alto Tâmega, com sede na cidade de Chaves, constitui assim a principal associação empresarial do concelho, com maior peso e representatividade ao nível de empresários e empresas do concelho. Os seus associados distribuem-se pelos setores do comércio, da Indústria, dos Serviços, e da Agricultura. Fundada em 1993, a ACISAT tem como objetivos principais a organização e desenvolvimento de serviços destinados a apoiar os associados e participação na criação e gestão de instrumentos empresariais e institucionais que promovam o desenvolvimento económico da região. É ainda responsável pela organização de diversos eventos, alguns em colaboração com a autarquia, como por exemplo, a Feira dos Santos

e a ExpoFlávia. No entanto, além do deficit de estruturas que a ACISAT regista, principalmente ao nível de serviços de suporte a I&D e no apoio à qualificação, o baixo dinamismo empresarial da região do Alto Tâmega, principalmente no setor secundário, não concedem a esta instituição uma escala suficiente para a dinamização de projetos de grande envergadura. Como já foi possível verificar nos serviços públicos de dinamização empresarial, verifica-se também no concelho de Chaves um deficit de representação de unidades periféricas de instituições de abrangência nacional para apoio ao investimento e à criação e desenvolvimento empresarial.

Relativamente ao setor comercial, a autarquia de Chaves e a ACISAT criaram em 2007 a PROCENTRO – Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves, com a missão de revitalizar o Centro Histórico de Chaves, de modo a criar condições para a modernização do tecido comercial, melhorar a qualidade do espaço urbano e requalificar o parque habitacional, de modo a inverter o declínio do centro histórico.

Desenvolvimento intermunicipal

A importância crescente da cooperação intermunicipal, permitindo a tomada de posição conjunta de interesses comuns e reforçar a capacidade institucional territorial, tem um forte relevo na região do Alto Tâmega. A Associação de Municípios do Alto Tâmega (AMAT), com sede no concelho, tem vindo a ganhar peso na representação institucional junto dos órgãos de soberania e da administração central. Além da promoção do desenvolvimento regional, contribuem também no planeamento, programação e elaboração de projetos, no financiamento, na execução e na gestão e manutenção de atividades de carácter intermunicipal. Além da AMAT, o município de Chaves integra ainda a Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro (AMTAD), com sede em Murça, interlocutor permanente ativo junto da Administração Central, e que visa a elaboração de planos e politicas integradas para o desenvolvimento da região.

As associações de desenvolvimento local, com destaque para a Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT), desempenham um importante papel no acesso a fundos da União Europeia, na promoção, coordenação, execução e dinamização de projetos e estratégias de desenvolvimento territorial de âmbito local/regional. A ADRAT é um grupo de ação local, fundada em 1990 pelas autarquias, cooperativas e associações da região do Alto Tâmega, com sede no Parque Empresarial de Chaves. A ADRAT visa garantir apoio técnico, promover capacidades profissionais, bem como estimular ações culturais e sociais e a defesa do património. Como principal associação de desenvolvimento local da região do Alto Tâmega, possui um importante papel na dinamização do mundo rural, na preservação da identidade cultural e na melhoria das condições de vida das populações, através da dinamização de parcerias locais que envolvam diferentes agentes no território. Possui ainda uma larga experiência na participação em programas regionais, nacionais e europeus, nomeadamente, IQADE, DELOS, Rede Nacional de Emprego, PPDR, ON, Formação PME, INTERREG, LEADER, EQUAL, LEONARDO DA VINCI.

Turismo

Ao nível da promoção do turismo, além do papel da RT-ATB, a autarquia constituiu em 2008 a VIDAGUSTERMAS – Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago, que visa o desenvolvimento e a promoção de Vidago como destino de turismo termal, nomeadamente através da construção e gestão de um balneário termal e de outros equipamentos de interesse turístico e da melhoria da qualidade do espaço urbano da vila.

1.4. ÁREAS DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL

As aglomerações planeadas, ordenadas e integradas de atividades empresariais, em espaços devidamente infraestruturados, promovidas e geridas por uma sociedade gestora, caracterizam o Regime de Licenciamento da Instalação das Áreas de Localização Empresarial (ALE), regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 72/2009, de 31 de março. A constituição de uma rede de ALE representa um objetivo relevante para o incremento da produtividade e crescimento da economia.
Os novos espaços que se pretendem criar permitem um licenciamento mais simples e rápido e colocam à disponibilização das empresas uma série de infraestruturas e serviços, rompendo com as zonas industriais do passado, caracterizados por se localizarem em espaços desqualificados e com baixo nível de infraestruturação, onde predominam os setores tradicionais pouco inovadores.

Espaços industriais delimitados no Plano Diretor Municipal de Chaves

O Plano Diretor Municipal (PDM) delimitou 6 espaços industriais no município de Chaves, nomeadamente:

1. Área industrial de Bóbeda;
2. Área industrial do Extremo/Seara;
3. Área industrial da Lagarteira;
4. Área industrial de São Fraústo;
5. Área industrial de Vila Nova de Veiga;
6. Área industrial de Vila Verde da Raia.

A área industrial de Bóbeda localiza-se ao longo da EN2 (desclassificada), na freguesia de São Pedro de Agostém, entre as localidades de Bóbeda e Vila Nova de Veiga e dista de 9 km do nó mais próximo da A24 (IP3). Tal como os restantes espaços industriais demarcados no PDM, além de não possuir nenhuma entidade gestora, não se encontra devidamente estruturado. Caracteriza-se ainda por possuir um deficit de infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio à atividade empresarial. Com uma superfície geográfica de 21,9 hectares, a área efetivamente ocupada por empresas, nomeadamente, da indústria, logística, comércio e serviços e restauração (taxa de ocupação empresarial) apenas representa 12,5% da área total, existindo ainda uma

disponibilidade de superfície para localização empresarial na área industrial da Bóbeda de 85,5%. Embora estejam apenas instaladas 3 empresas, realça-se a localização da VitroChaves, Lda., maior indústria transformadora do concelho em termos de volume de negócios anuais (dados de 2006).

A área industrial do Extremo/Seara localiza-se ao longo da EN507 (estrada do Seara), na freguesia de Sanjurge. Este espaço possui uma localização privilegiada, dado a sua proximidade com o nó central de acesso à cidade de Chaves da A24 (IP3). Com uma superfície geográfica de 17,6 hectares, a taxa de ocupação empresarial representa 28,6% da área total, existindo ainda uma disponibilidade de superfície para localização empresarial na área industrial do Extremo/Seara de 57,8%. Encontram-se instaladas 7 empresas neste espaço, correspondendo duas à indústria de transformação e as restantes ao setor de comércio e reparação de viaturas.

A área industrial da Lagarteira localiza-se ao longo do CM 1060, na freguesia de Outeiro Seco, entre as localidades de Outeiro Seco e Vila Verde da Raia. Este espaço insere-se num importante eixo empresarial do município, que liga a zona norte da cidade de Chaves, onde se localizam o maior número de indústrias de transformação, com a fronteira. Com uma superfície geográfica de 15,1 hectares, a taxa de ocupação empresarial representa 32,1% da área total, existindo ainda uma disponibilidade de superfície para localização empresarial na área industrial da Lagarteira de 48,1%. Encontram-se aí instaladas 8 empresas, 3 delas da indústria da transformação e as restantes ligadas ao setor grossista e ao comércio de viaturas.

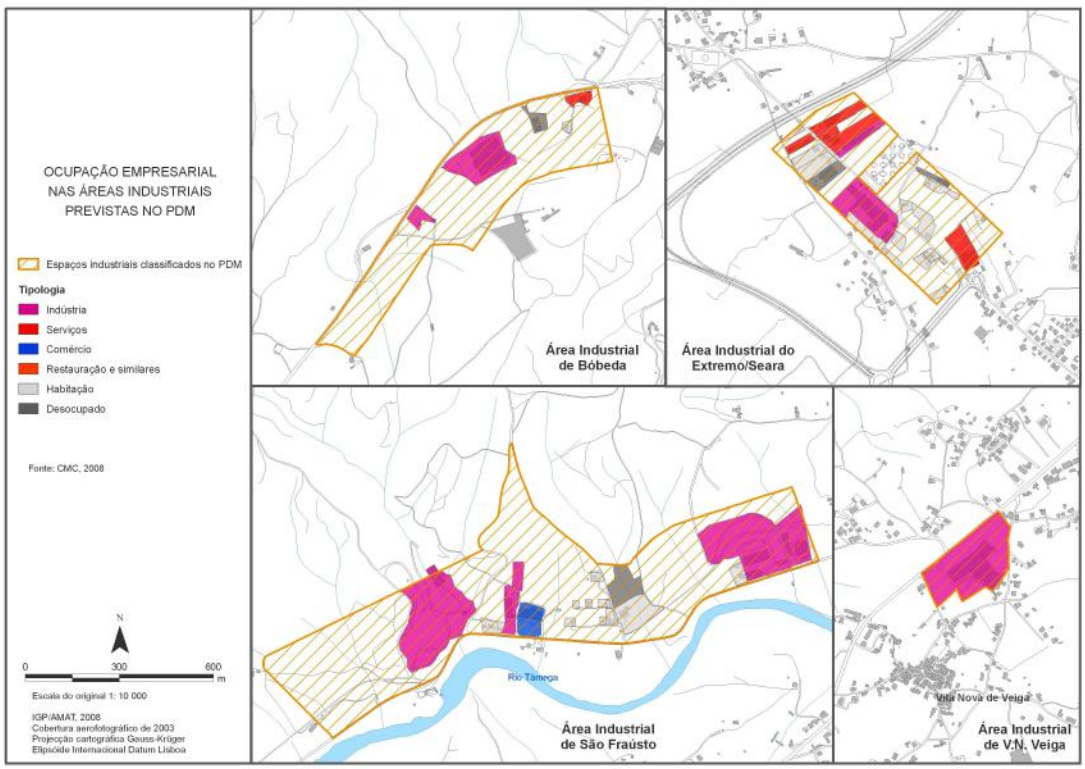
A área industrial de São Fraústo localiza-se ao longo da EN 103 (estrada de Braga), nas freguesias de Curalha, Samaiões e Vale de Anta e dista de 4 km do nó mais próximo da A24 (IP3). Com uma superfície geográfica de 52,2 hectares, a taxa de ocupação empresarial representa 24,6% da área total, existindo ainda uma reserva de solo para localização empresarial de 71,4%. No entanto, a área industrial encontra-se numa zona de orografia acentuada, o que dificulta o pleno aproveitamento de todo o seu espaço. Encontram-se instaladas 11 empresas, na sua maioria indústrias ligadas ao setor da construção.

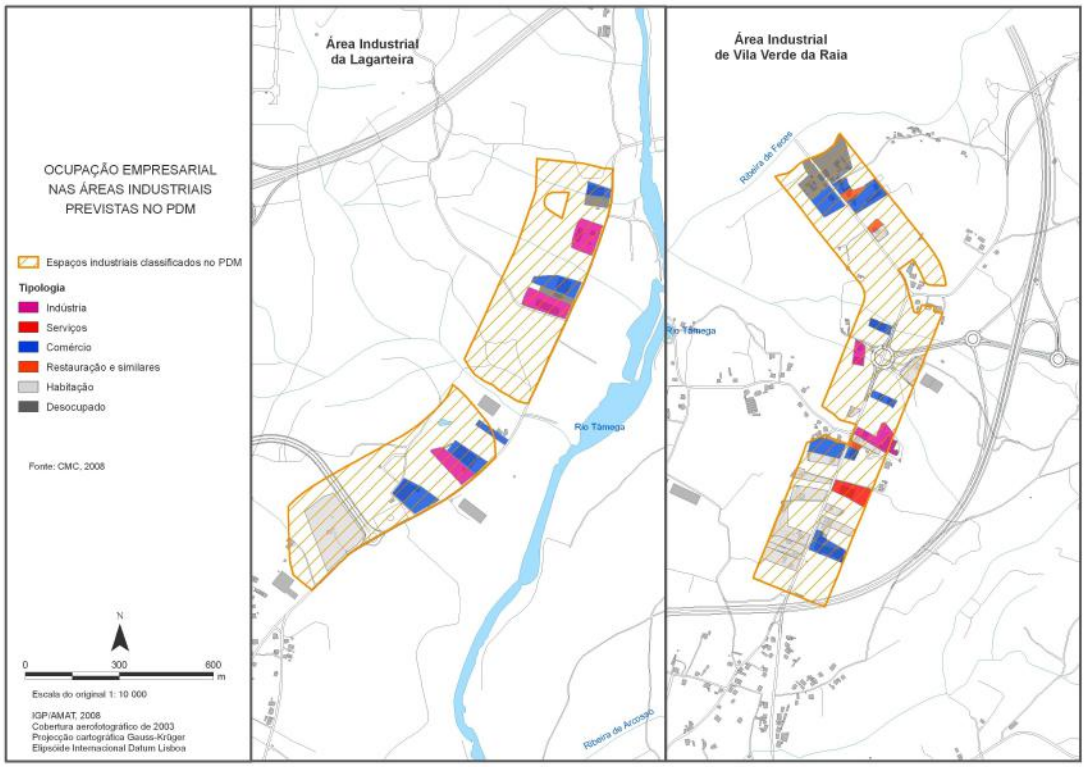
A área industrial de Vila Nova de Veiga localiza-se ao longo da EN2 (desclassificada), na freguesia de São Pedro de Agostém, na localidade de Vila Nova de Veiga e dista de 11 km do nó mais próximo da A24 (IP3). Com uma superfície geográfica de 4,5 hectares, a sua superfície geográfica coincide com os limites da parcela ocupada pela única empresa aí instalada, Flaviarte.

A área industrial de Vila Verde da Raia localiza-se ao longo da EN103-5 (desclassificada), na localidade de Vila Verde da Raia, freguesia do mesmo nome. Este espaço localiza-se numa zona privilegiada, dado que além de se situar nas proximidades de um nó da A24 (IP3), assenta-se num dos postos fronteiriços com maior movimento de viaturas ligeiras e pesadas de Portugal. Com uma superfície geográfica de 32,8 hectares, a taxa de ocupação empresarial representa 14,7% da área total, existindo ainda uma reserva de solo para localização empresarial na área industrial de Vila Verde da Raia de 69,0%. O número de empresas instaladas é significativo (25), sendo de salientar a existência de apenas uma indústria de transformação, correspondendo a sua maioria ao setor do

comércio mobiliário. Embora este setor tenha sofrido algum abrandamento nos últimos anos, esta área possui uma localização que deve ser devidamente aproveitada, de modo a afirmar-se como uma importante zona de acolhimento empresarial, principalmente na componente comercial, podendo-se constituir como uma paragem obrigatório de um importante eixo internacional. Para a sua concretização, esta área deverá ser alvo de um projeto de promoção, incluindo requalificação urbana e reestruturação do traçado viário, de modo a criar condições para a fixação de novas empresas ou espaços comerciais.

A delimitação no PDM dos espaços industriais não foi efetuada com base numa estratégia de localização empresarial para o concelho a médio e longo prazo, limitando-se a demarcar os espaços ao longo das principais vias que se já encontravam ocupados por indústrias de transformação "pesadas". A política municipal de localização empresarial que se seguiu limitou-se à disponibilização de solos para uma procura essencialmente local, sem ter em conta uma estratégia de desenvolvimento concertado das áreas industriais. Estas áreas de localização empresarial acabaram por não serem devidamente infraestruturadas, e não foi criada nenhuma entidade que gerisse de uma forma individual ou articulada os diferentes espaços industriais, o que contribui para um deficit de infraestruturação, uma baixa atratividade e um fraco desenvolvimento do setor secundário do município.



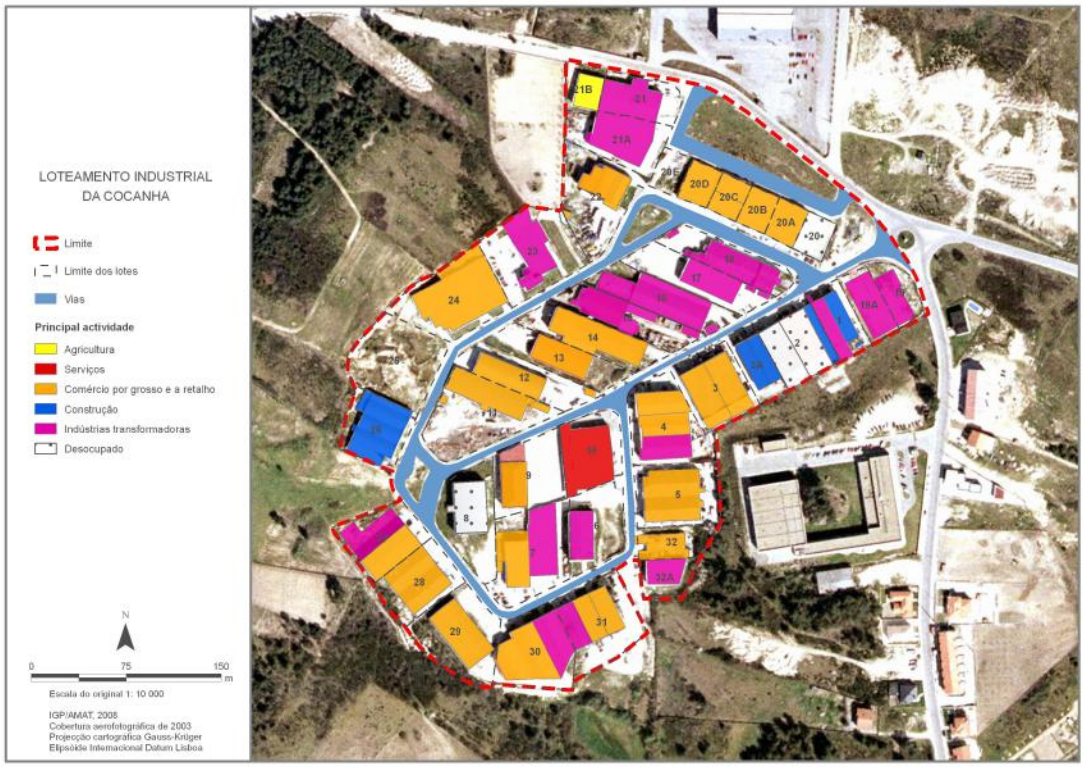


Loteamento Industrial da Cocanha

O Loteamento Industrial da Cocanha foi promovido pela Câmara Municipal de Chaves entre 1981 e 1983. O projeto inicial consistia na concretização deste espaço em duas fases. A primeira fase manteve a sua configuração inicial enquanto que a segunda fase de expansão acabou por não se concretizar. O projeto previa ainda uma faixa de proteção ao parque, para evitar compatibilidades com outros usos. Esta área é destinada a armazéns e estabelecimentos industriais de classes B e C, segundo a antiga legislação de licenciamento industrial, sendo interdita a localização de uso residencial, e apenas permitida a instalação de atividades comerciais e de serviços, desde que, do facto, não resultassem condições de incompatibilidade (Rodrigo Moreira, 2005). Dado que o primeiro PDM não efetuou a qualificação dos espaços dentro da área urbana de Chaves, remetendo esse papel para o Plano de Urbanização (PU) da cidade de Chaves, esta área acabou por não ser incluída na classificação do solo do PDM. Contudo, este plano acabou por não vigorar, resultando num “vazio” no cumprimento das regras de gestão territorial previstas no PU de 1994. Pese embora este facto, a gestão urbanística da autarquia manteve as orientações e disposições regulamentares de gestão territorial previstas neste plano.

O Loteamento Industrial da Cocanha possui uma área de cerca de 12,7 hectares e é constituído por 44 lotes. Em 2007, encontravam-se instaladas 43 empresas de pequena dimensão, ligadas aos mais variados ramos de atividade, nomeadamente, indústrias transformadoras (metalo-mecânicas, agroalimentares, serralharias, fabrico de material de construção, etc.), comércio por grosso e a retalho (material de construção, comércio, manutenção e reparação de automóveis,

produtos agrícolas, etc.), empresas de construção (oficinas e armazenagem) e serviços (centro de inspeção de viaturas). No entanto, além de não existirem serviços de apoio às empresas instaladas, não foi criada nenhuma entidade gestora deste espaço, o que contribuiu para uma desqualificação do espaço público e deterioração da sua imagem como área de acolhimento empresarial. Embora possua rede viária interna, ao nível das infraestruturas, verifica-se ainda a inexistência de qualquer tratamento das águas residuais industriais, não havendo por isso separação com as águas residuais domésticas que integram o sistema intermunicipal de águas residuais. Além de não existir rede de gás natural, não se encontra instalada rede de fibra ótica, constituindo uma dificuldade para a instalação de empresas TIC. Recentemente, a autarquia lançou um projeto de requalificação do espaço público e a repavimentação das vias públicas, incluindo a instalação de novas infraestruturas.



Parque Empresarial de Chaves

Os parques empresariais são uma aglomeração planeada de unidades industriais cuja instalação visa o desenvolvimento industrial. Estes parques devem dispor de áreas de terreno necessárias para o seu desenvolvimento e expansão bem como oferecer infraestruturas e serviços de apoio às empresas, de forma a beneficiar das sinergias que possam existir. Para um bom funcionamento de um parque empresarial deve-se ter uma localização integrada de empresas industriais, boa localização e fácil acessibilidade, inserção na rede de transportes públicos, infraestruturas

ambientais, equipamentos sociais e públicos, serviços e instituições de apoio a inovação e desenvolvimento e qualificação (AEP, 2004).

O Pacto Territorial para o Desenvolvimento do Alto Tâmega, no âmbito da medida 1.6 (Ação específica de valorização territorial) do Programa Operacional da Região Norte 2000-2006, visou aumentar o investimento, intensificar a atividade económica e reforçar a empregabilidade no espaço do Alto Tâmega, criando condições para inverter o processo de declínio demográfico. O Pacto Territorial consistiu num conjunto de intervenções que propunham aumentar a oferta regional de áreas devidamente infraestruturadas para o acolhimento empresarial, melhorar os equipamentos de apoio à atividade produtiva e dinamizar a base económica dos municípios que compõem a Associação de Municípios do Alto Tâmega.

Objetivos específicos do Pacto Territorial:

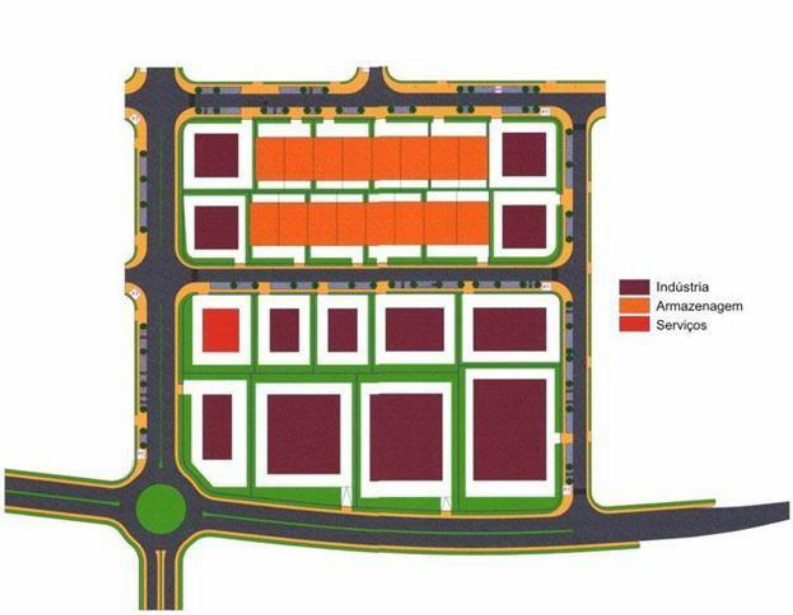
- Promover condições gerais do ordenamento e acolhimento empresarial do Alto Tâmega, criando e consolidando áreas de acolhimento empresarial, apoiando a recolha de resíduos sólidos e tratamento de afluentes industriais e criando ou melhorando o acesso a zonas industriais.
- Incrementar a produção, transformação e comercialização de produtos do Alto Tâmega, com características marcadamente territoriais, melhorando as condições gerais de comercialização de bens e serviços e qualificando e consolidando uma rede de equipamentos e espaços de apoio à promoção e distribuição de produtos.
- Melhorar as condições de atratividade empresarial do Alto Tâmega, definindo alternativas para o modelo organizativo e da parceria institucional necessário à conceção e ao desempenho das funções de gestão e promoção dos equipamentos de apoio à atividade produtiva, gerando efeitos de demonstração sobre o tipo de “melhores práticas” de acolhimento e ordenamento empresarial, promovendo os produtos locais e configurando políticas de captação e de promoção de investimento, de apoio a missões empresariais e de promoção territorial em mercado alvo.

O Parque Empresarial de Chaves (PEC) surgiu no âmbito do Pacto Territorial para o Desenvolvimento do Alto Tâmega e foi “desenhado” tendo como base os princípios e objetivos atrás enunciados. Localizado junto ao futuro nó da A24 (IP3) em Outeiro Seco, a norte da cidade de Chaves, o PEC é constituído por três empreendimentos estruturantes, nomeadamente, Parque de Atividades, Mercado Abastecedor e Plataforma Logística. Concluída em 2006, a primeira fase foi concretizada ao abrigo das medidas preventivas e a consequente suspensão parcial do PDM.

Com uma área de 9,2 hectares, o Parque de Atividades de Chaves visa o acolhimento de pequenas e médias empresas, principalmente das fileiras de transformação, produção e logística, mas também de serviços de suporte à atividade empresarial. Com o apoio da Parque Invest – Sociedade Promotora de Parques Industriais, S.A. e da autarquia foi criada a Chaves Parque –

Parque Empresarial de Chaves S.A., com intuito de promover e gerir esta área de acolhimento empresarial, caracterizada pela excelência de espaços, pela facilidade de acessos e pelo nível das infraestruturas instaladas. O Parque de Atividades é constituído por 29 lotes de dimensão variada entre os 1000 m^2 e os 7042 m^2 totalizando uma área de 64 400 m^2 de área coberta. Dos 25 lotes, 8 são destinados à instalação de espaços industriais para unidades de média dimensão, 15 são destinados a armazenagem e indústrias de pequena dimensão e 2 são destinados para serviços. Os espaços destinados a serviços incluem um Centro de Apoio à Instalação Empresarial (CAIE), espaços modulares destinados à criação de novas empresas (Ninho de Empresas) e outros espaços de serviço e apoio.

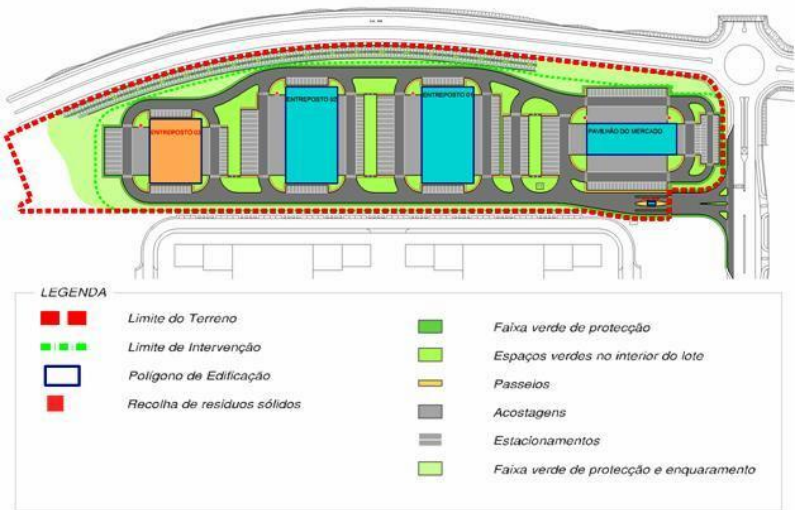
Imagem 1.6 – Parque de Atividades



O Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A. (MARC) integra a Rede Nacional de Mercados Abastecedores e foi promovida pela autarquia em colaboração com a Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A (SIMAB), na conceção, instalação, dimensionamento do mercado. O MARC visa o acolhimento de grossistas e permite oferecer um conjunto de produtos e serviços de qualidade, autenticidade e genuinidade aos atuais e potenciais clientes, renovando a imagem tradicional do mercado e projetando-o na região como pólo de referência no abastecimento de produtos agroalimentares frescos. O MARC, com uma área de cerca de 6,25 hectares, oferece ótimas condições para funções de micro-logística, especialmente, de produtos agroalimentares frescos (hortofrutícolas, carnes e charcutaria, peixe, etc.), produtos alimentares não perecíveis e flores, e determinados produtos não alimentares. Para esse efeito, foi construído um pavilhão de mercado com dez compartimentos de 54 m2 destinados a grandes e médios grossistas, 20 lugares de 15 m2 destinados a pequenos grossistas e produtores, uma loja para

serviço de bar, instalações sanitárias, área de apoio administrativo e zonas técnicas destinadas às infraestruturas de apoio ao pavilhão e ainda um entreposto concebido em espaço aberto, possibilitando a divisão em dez módulos comerciais com áreas compreendidas entre 280 e 370 m2.

Imagem 1.7 - Mercado Abastecedor



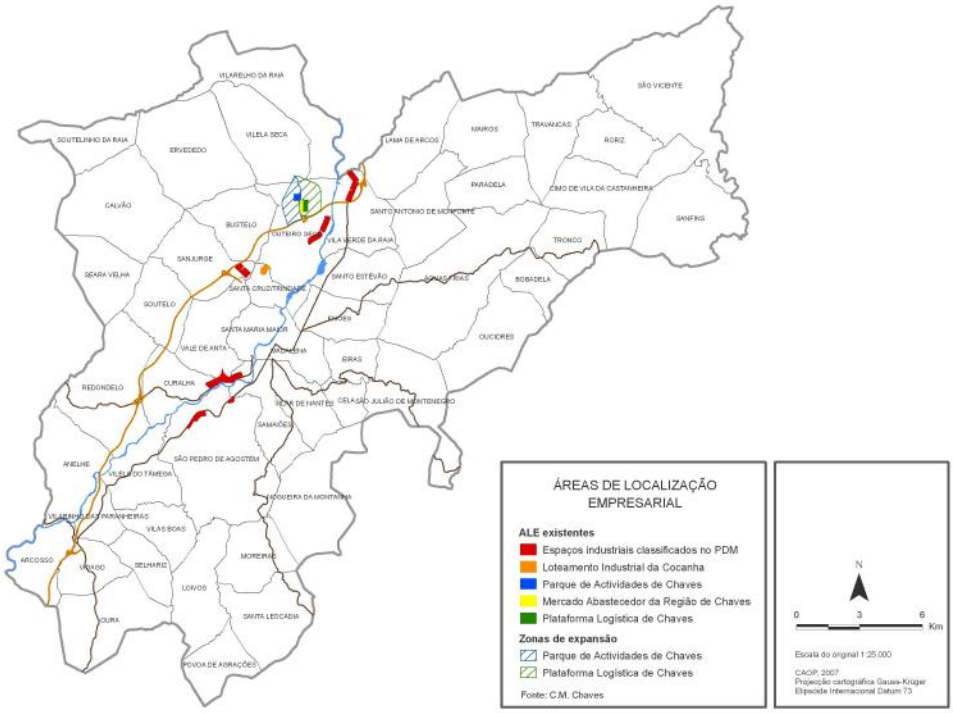
Fonte: Câmara Municipal de Chaves

A Plataforma Logística de Chaves tem como principal objetivo a distribuição de produtos de e para o mercado nacional/exterior, abrangendo funções de intermodalidade e interoperabilidade na cadeia logística inter-regional. É um empreendimento esboçado em função da estratégia da rede logística nacional/internacional e foi construído com o apoio do programa INTERREG III-A, beneficiando das relações funcionais estabelecidas no Noroeste Peninsular em função das novas acessibilidades. Abrangendo uma área de 9,1 hectares, a Plataforma Logística é organizada em dois setores, um para a logística urbana e outro para logística sectorial, e é constituída por 4 lotes de dimensão variada entre os 11 282 m2 e os 19 671 m2, totalizando uma área de 23 565 m2 de área coberta. Embora desenvolve principalmente atividades ligadas à armazenagem e logística, inclui também funções de serviços e comércio. Possui ainda de meios para acabamento, embalagem e etiquetagem de produtos, dentro das suas instalações (Anexo 1). Também neste caso, está prevista, a ampliação deste espaços em duas fase.

Imagem 1.8 - Plataforma Logística

Fonte: Câmara Municipal de Chaves

Dada a procura crescente de unidades empresariais no concelho, induzida pela construção da A24 (IP3), a autarquia iniciou o processo de alteração do PDM na área circunscrita ao PEC e sua envolvente, de modo a ampliar a atual área do parque empresarial e criar as condições urbanísticas adequadas para acolhimento de unidades empresariais de média/grande dimensão (CMC, 2008). Com esta alteração, o PEC irá abranger uma superfície geográfica de cerca de 320 hectares.



1.5. EQUIPAMENTOS DE SUPORTE ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS

Parques e pavilhões de congressos, feiras e exposições

Dispondo de importantes recursos endógenos de qualidade excecional, que permitem afirmar Chaves e o Alto Tâmega no contexto nacional, ibérico e internacional, é de extrema importância a promoção e a organização de feiras ao nível comercial ou para o público em geral. Estes eventos possibilitam a promoção dos produtos locais e regionais tradicionais, de que são exemplo, os vinhos, o artesanato, os produtos agroalimentares, as águas termais e as rochas ornamentais (granitos e mármores) e constituem-se cada vez mais como fulcrais no desenvolvimento das atividades económicas e no envolvimento e troca de “know-how” do tecido empresarial.

O município de Chaves dispõe de dois importantes espaços para a realização de congressos. Com capacidade para 400 pessoas, o Centro de Congressos de Vidago, do Grupo Unicer, construído de raiz no antigo balneário termal, assume-se como o maior e mais importante centro de congressos da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, com condições necessárias para a realização de eventos de carácter internacional. Recentemente, foi inaugurada um novo espaço com capacidade para 190 pessoas para a realização de eventos, reuniões, conferências, congressos e seminários, no espaço “business” do Hotel Casino de Chaves, pertencente ao grupo Solverde.

O município dispõe ainda de diversos auditórios para a realização de conferências, reuniões e congressos, nomeadamente:

1. Auditório do Edifício Inditrans do Parque Empresarial de Chaves
2. Auditório da Escola Profissional de Chaves;
3. Auditório do Centro de Formação Profissional;
4. Auditório do Forte de São Francisco;
5. Auditório do Hotel Aquae Flaviae;
6. Auditório do Hotel Trajano;
7. Auditório Municipal de Chaves;
8. Sala Multiusos do Centro Cultural de Chaves.

Relativamente à dotação de espaços para a realização de feiras e exposições, apenas existe um espaço, nas antigas instalações da ADRAT, com condições mínimas para a realização deste tipo de eventos. No entanto, este espaço além de não possuir meios suficientes à realização de eventos de carácter profissional e comercial, só tem capacidade para a realização de pequenos eventos e não possui nenhum espaço envolvente, nem zona de estacionamento, bem como de carga e descarga.

Com o objetivo de usufruir de um espaço digno, a autarquia iniciou as diligências necessárias à construção de um Pavilhão Multiusos, para a realização de eventos desportivos, espetáculos, congressos, reuniões, exposições e feiras de âmbito regional e local. O futuro Pavilhão Multiusos irá localizar-se no interior do Parque Multiusos, na freguesia de Santa Cruz/Trindade. O Parque Multiusos, finalizado em 2008, permitiu a criação de um espaço amplo e com amplas áreas verdes complementares de proteção e enquadramento paisagístico. A constituição do Parque permitiu criar um espaço digno para a realização da feira semanal e a feira anual da cidade (Feira dos Santos), e irá possibilitar a realização de diversas exposições e feiras temáticas do setor empresarial da região. Este espaço destina-se ainda a servir de enquadramento ao futuro Pavilhão Multiusos.

O Pavilhão Multiusos, com capacidade para espetáculos de 2580 lugares ou com uma área para exposições de 3400 m^2, será constituído por áreas de serviços, áreas desportivas, uma nave central e áreas de apoio ao público. Para além do pavimento base, apto para acolher eventos relacionados com espetáculos musicais, congressos, reuniões, exposições ou feiras, prevê-se para a nave central pisos flutuantes amovíveis de fácil montagem para a prática das atividades desportivas.

Figura 1 – Pavilhão Multiusos

Fonte: Câmara Municipal de Chaves

Centros de Investigação

Tem-se verifica-se um crescimento significativo dos projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) na região de Trás-os-Montes e Alto Douro. A maioria dos projetos concentra-se nas entidades de ensino superior da região, predominando os projetos de I&D nos domínios da agricultura e afins. Contudo, as infraestruturas e equipamentos laboratoriais de investigação e apoio às empresas existentes na região não estão ainda a ser completamente aproveitadas pelos agentes económicos regionais (PROT-TMAD, 2005). Além deste facto, os diversos laboratórios e centros de investigação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) situam-se em Vila Real, pese a existência de um pólo desta instituição de ensino superior no município de Chaves.

Parque Tecnológico de Chaves (PTC)

Os parques tecnológicos são áreas especializadas na dinamização da inovação e produção de novas tecnologias. Estes pretendem fomentar a inovação, potencializando e facilitando a transferência de tecnologia das instituições de I&D para o meio empresarial e favorecendo estas ligações pela proximidade geográfica das várias entidades envolvidas permitindo assim, o desenvolvimento científico e tecnológico (AEP, 2004). Para que se possa constituir um Tecnópolo é necessário que se forme um meio empresarial forte e inovador, que permite acolher as transferências de tecnologia de instituições de I&D. Um território torna-se um pólo tecnológico, não pela presença, a priori, de um recurso, de uma atividade ou de um mercado, mas porque, na permuta entre estes elementos, necessita de trocas entre recursos imateriais e sinergia entre atores.

A aposta da autarquia de Chaves no desenvolvimento de um parque tecnológico surgiu do novo contexto do concelho, nomeadamente face:

- ao reposicionamento geo-estratégico de Chaves, devido à sua integração nas redes transeuropeias de transportes e comunicações;
- às novas oportunidades de relacionamento na região transfronteiriça que lidera;
- aos recentes investimentos efetuados ao nível de dotação de espaços qualificados para acolhimento empresarial;
- aos recursos diferenciadores e endógenos da região que se têm vindo a afirmar, nomeadamente nas áreas agroalimentares, de bem-estar e saúde, turismo e de relacionamento transfronteiriço.

Pretende-se que este espaço se insira entre o novo Parque Empresarial de Chaves, o futuro Campus Universitário e a cidade de Chaves, tirando partido da aglomeração e proximidade do tecido empresarial de maior inovação e produção de novas tecnologias que se têm instalado no PEC, do conhecimento cientifico e tecnológico albergado pelo futuro Campus e da diversificação económica, social e cultural da cidade de Chaves. O futuro Parque Tecnológico de Chaves irá aproveitar as economias de aglomeração e de densificação das interações criativas e inovadoras que se possam constituir no relacionamento destes três pólos.

Pretende-se que o Parque Tecnológico de Chaves seja:

- Um espaço de aglomeração de atividades avançadas de ciência e tecnologia;
- Um pólo de concentração de entidades dedicadas à investigação e atuantes na criação do conhecimento;
- Uma plataforma de conhecimento e oportunidades;
- Um suporte para o desenvolvimento dos *clusters* competitivos que se vêm afirmando na região;
- Um espaço de acolhimento das novas dinâmicas de inovação e de tecnologias de informação e comunicação;
- Um modelo no relacionamento entre o setor empresarial, científico e académico;
- Um espaço de qualidade, de imagem e credibilidade e com um elevado grau infraestrutural e de serviços de qualidade;
- Um elemento dinamizador para o desenvolvimento socioeconómico da região.

O PTC deverá ser estruturada tendo por base, por um lado a área científica, onde se possam instalar centros de gestão de conhecimento e laboratórios de I&D, e por outro a área tecnológica, onde se possam instalar empresas de alto conteúdo científico, os principais *clusters* da região e os centros de criação e desenvolvimento de empresas. A par destas áreas, será necessário a dotação de diversos serviços, nomeadamente, administrativos, jurídicos, gestão empresarial, de formação profissional, de criação de bolsas de emprego, de instrumentação científica, de

assessoria empresarial, científica e tecnológica (registo de patentes e transferência de tecnologias, direitos de propriedade industrial e intelectual, etc.), de design, marketing, publicidade e relações públicas, de assistência médica, proteção civil e segurança. Além deste leque de serviços de apoio à atividade empresarial, científica e tecnológica, será necessária a dotação de uma área com parque de feiras, exposições e congressos, bem como hotelaria e restauração, e a criação de uma área com espaços de encontro social e de lazer, nomeadamente espaços verdes, instalações desportivas e instalações para a realização de exposições ou outros eventos culturais.

Laboratório de Qualidade e de Segurança Alimentar e Ambiental

Com apoio do Programa INTERREG III-A e em parceria com a UTAD, Universidade de Vigo, a Câmara Municipal de Chaves tem desenvolvido os esforços no sentido de criar um Laboratório de Qualidade e de Segurança Alimentar e Ambiental em Outeiro Seco, junto ao futuro Campus Universitário, atual Escola de Enfermagem de Chaves. Para esse efeito, a autarquia criou já uma associação de índole científica e técnica, denominada "AQA – Associação para a Promoção da Qualidade e Segurança Alimentar e Ambiental". Com a responsabilidade de implementar e gerir o futuro Laboratório de Qualidade e Segurança Alimentar e Ambiental, esta associação vai permitir dar responder às solicitações dos operadores e empresas industriais em matéria de qualidade, segurança alimentar e ambiental. A constituição desta associação tem como objetivo o exercício da atividade de investigação científica, orientada para a prestação de serviços no campo da promoção da qualidade e segurança alimentar e ambiental, da inovação tecnológica, bem como a colaboração, neste âmbito, com organismos, empresas e instituições.

A AQA surgiu tendo em conta que o crescimento das trocas internacionais de produtos agrícolas e alimentos coloca desafios e oportunidades para os operadores e empresas industriais, nacionais ou estrangeiras, com responsabilidade nos domínios da qualidade e segurança alimentar e ambiental. Foram também tidos em conta os desenvolvimentos tecnológicos dos modos de produção agrícola, das novas tecnologias de preparação e embalagem dos produtos, e as crescentes preocupações ambientais, aspetos que aumentam a necessidade, por parte das empresas industriais desta área, do adequado apoio técnico.

A aposta pela localização no município de um Laboratório de Promoção da Qualidade e Segurança Alimentar, visa aproximar a produção de diversos produtos tradicionais da região do Trás-os-Montes com a investigação e a certificação, tirando partido quer da centralidade de Chaves no contexto da região, quer do potencial existente dos sistemas de certificação/diferenciação da produção no desenvolvimento das fileiras produtivas e do mundo rural. Este Laboratório irá permitir que os produtos de qualidade reconhecida incorporem compromissos ao nível da produção mais exigentes, designadamente ao nível da rastreabilidade, do ambiente e de aspetos ligados aos territórios/tipicidade.

2. MODELO TERRITORIAL DAS ESTRUTURAS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS

2.1. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

Perspetiva nacional

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), em conjunto com o Plano Regional de Ordenamento Territorial do Norte (PROT-N), define o quadro estratégico a desenvolver no Plano Diretor Municipal (PDM). O PNPOT define um modelo de organização espacial que estabelece as opções e as diretrizes relativas à conformação do sistema urbano e das redes de infraestruturas de apoio das atividades económicas, bem como os objetivos e os princípios assumidos pelo Estado, numa perspetiva de médio e de longo prazo, quanto à localização das atividades, dos serviços e dos grandes investimentos públicos.

O programa de políticas do PNPOT integra um conjunto articulado de objetivos estratégicos, objetivos específicos e medidas que desenvolvem e concretizam a estratégia e o rumo traçados para o ordenamento do território de Portugal no horizonte 2025. O reforço da competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global (1) e a promoção do desenvolvimento policêntrico dos territórios e o reforço das infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais (2) são dois dos seis objetivos estratégicos definidos no Programa de Ação do PNPOT que integram as medidas prioritárias que visam estabelecer uma rede equilibrada de infraestruturas de apoio às atividades económicas, de acordo com o modelo de organização espacial estabelecido no PNPOT.

A concretização do primeiro objetivo estratégico passa pela promoção de pólos regionais de competitividade e pela qualificação do emprego. De acordo com o PNPOT, é necessário que se verifique a cooperação entre cidades para poderem ganhar escala e diversidade funcional e beneficiarem de economias de aglomeração, para desta forma se integrarem nas dinâmicas de internacionalização. “O que está em causa é, por um lado, o aproveitamento das economias de proximidade, para obter massa crítica, diversificação e dimensão funcional que aumentem as vantagens comparativas e o potencial de inovação e, por outro, estruturar sistemas sub-regionais densos em funções urbanas e em fatores dinâmicos de desenvolvimento económico e de criação de emprego qualificado que possam evoluir para novos pólos regionais de competitividade”.

Quadro 2.1 – Programa de Políticas do PNPOT

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS PRIORITÁRIAS
Promover pólos regionais de competitividade e qualificar o emprego	o Promover ações de incentivo ao desenvolvimento de pólos de competitividade regional baseados em novos fatores da economia do conhecimento; o Incentivar parcerias locais e implementar mecanismos de contratualização entre o Estado, as Autarquias Locais, as empresas e outros atores urbanos com vista ao desenvolvimento de projetos diferenciadores nos domínios da competitividade e da inovação; o Promover redes de cooperação entre cidades vizinhas, para ganhar massa crítica nos modernos fatores de competitividade e estruturar os diversos sistemas urbanos, recorrendo, nomeadamente, à realização de "contratos de aglomeração" entre o Estado e as Autarquias Locais e à constituição de parcerias entre entidades públicas e entre estas e entidades privadas; o Promover programas de intervenção de base territorial, em coerência com a estratégia consagrada no Plano Nacional de Emprego, tendo em vista a qualificação do capital humano e o desenvolvimento de atividades mais qualificantes e inovadoras, melhorando a empregabilidade; o Desenvolver uma rede nacional de áreas de localização empresarial, em articulação com os programas de desenvolvimento regional e com o sistema de acessibilidades, que diversifiquem os espaços de acolhimento de atividades inovadoras.
Reforçar os centros urbanos estruturantes das regiões, em particular nas regiões menos desenvolvidas	o Dar coerência territorial às redes nacionais dos equipamentos estruturantes, nomeadamente nos domínios da cultura, do ensino superior e da investigação, na perspetiva da polivalência e do reforço das cidades de média dimensão; o Racionalizar a localização dos serviços da Administração e incentivar a sua qualificação para uma resposta eficiente às empresas e aos cidadãos; o Introduzir nos sistemas de apoio ao investimento critérios que favoreçam soluções e atividades inovadoras nos centros urbanos mais dinâmicos das regiões menos desenvolvidas; o Racionalizar e qualificar os espaços para implantação e desenvolvimento de atividades económicas, nomeadamente industriais, e garantir o célere licenciamento e implementação das atividades; o Introduzir mecanismos incentivadores da cooperação intermunicipal nos instrumentos de financiamento das infraestruturas e equipamentos locais e nos programas de investimento.

O reforço dos centros urbanos estruturantes das regiões, em particular nas regiões menos desenvolvidas contribui para a promoção do desenvolvimento policêntrico dos territórios e o reforço das infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais, constituindo-se como um dos objetivos específicos do PNPOT. O plano reconhece a capacidade de as cidades de média dimensão dinamizarem processos de desenvolvimento regional e assegurarem o acesso generalizado a serviços de interesse geral, incluindo os serviços económicos, sendo o seu reforço a condição de suporte ao desenvolvimento das atividades económicas e do emprego e de renovação demográfica, social e cultural nas áreas de menor desenvolvimento.

Perspetiva regional

A necessidade de ação e articulação coletiva é a principal orientação estratégica apontada pelo Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte (PROT-N) para o desenvolvimento das infraestruturas de apoio às atividades económicas.

O PROT-N foca ainda a necessidade de dedicar especial atenção a:

1. As plataformas logísticas da Região, sobretudo na área dos transportes de mercadorias, por maioria de razão aquelas que se mostrem mais capazes de contribuir para reforçar a acessibilidade da Região aos grandes centros de consumo e de distribuição (na Península Ibérica, na União Europeia e no Mundo);
2. A intensificação/densificação das redes de telecomunicações da Região, nomeadamente nos seus centros urbanos;
3. A melhoria das condições de produção, distribuição e utilização de energia, tanto no caso da eletricidade como do gás natural e o incentivo às energias renováveis;
4. A intensificação da utilização das novas tecnologias da informação, comunicação e eletrónica em todas as áreas de atividade da Região, da indústria aos serviços (transacionáveis e não transacionáveis), da atividade económica privada à Administração Pública;
5. A melhoria das condições ambientais da região e das relacionadas com a qualidade de vida dos cidadãos, através da exigência de novos parâmetros de funcionamento das atividades económicas, nomeadamente daquelas com maior valor acrescentado ou dirigidas a mercados mais sofisticados;
6. A conservação e qualificação dos centros urbanos da Região.

2.2. ANÁLISE SWOT

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
> Recursos naturais diferenciadores e produtos endógenos de excelência; > Importância da cidade de Chaves, como pólo central de uma região transfronteiriça; > Reposicionamento geo-estratégico de Chaves, face às novas acessibilidades viárias; > Existência de diversas cooperativas agrícolas, como principais responsáveis pelo escoamento e a comercialização dos produtos agroalimentares da Região do Alto Tâmega e pela promoção e gestão dos produtos tradicionais; > Importante papel das associações intermunicipais e de desenvolvimento local, existentes no município, na realização de ações e projetos que visam o desenvolvimento socioeconómico da região; > Recentes investimentos efetuados ao nível de dotação de espaços qualificados para acolhimento empresarial, com influência regional; > Novo Parque Empresarial de Chaves com gestão própria, caracterizada pela existência de diversas valências, pela excelência de espaços, pela facilidade de acessos viários de nível local e regional e pelo elevado nível de infraestruturas instaladas. > Constituição do MARC como pólo de referência na região transfronteiriça e que visa o abastecimento de produtos agroalimentares da região, caracterizados por uma elevada qualidade, autenticidade e genuinidade; > Estabelecimento no Parque Empresarial de Chaves de uma Plataforma Logística Transfronteiriça integrada na rede nacional de espaços intermodais, visando reforçar Chaves e a sua região envolvente na cadeia logística nacional e internacional; > Existência de dois importantes espaços para a realização de congressos pertencentes a grandes grupos nacionais.	> Fraco dinamismo económico e empresarial quer de Chaves quer da sua região envolvente; > Conjunto limitado de serviços e equipamentos de apoio à atividade económica; > Debilidades ao nível da gestão e ao nível do processo de profissionalização e especialização das cooperativas agroalimentares; > Deficit de representação de unidades periféricas de serviços públicos e outras instituições de abrangência nacional para apoio ao investimento e à criação e desenvolvimento empresarial; > Principal associação empresarial do concelho com deficit de estruturas de apoio ao tecido empresarial, principalmente ao nível de serviços de suporte a I&D e no apoio à qualificação; > Espaços industriais delimitados no PDM sem qualquer gestão, desqualificados e pouco atrativos, com baixo nível de infraestruturação, de dotação equipamentos e serviços de apoio, e com predominância de setores tradicionais pouco inovadores; > Deficit de espaços adequados para a realização de feiras e exposições; > Baixa representatividade e dimensão das instituições de ensino superior; > Inexistência no município de centros e laboratórios de I&D.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
> Regiões transfronteiriças como novos espaços de oportunidades e de relações; > Importantes investimentos efetuados no turismo; > Redefinição do modelo de organização dos diversos organismos do Estado, no âmbito do PRACE; > Localização em Chaves da recém criada Delegação Regional do Alto Trás-os-Montes da DRAPN; > Localização em Chaves da recém criada Delegação de Chaves da entidade regional de turismo do Norte – Turismo do Porto e Norte de Portugal –, de dinamização do produto estratégico Saúde & Bem-Estar; > Novos desafios nos domínios da qualidade e segurança alimentar e ambiental; > Crescente destaque para a necessidade de novos espaços de acolhimento empresarial, modernizadas e com elevada qualidade; > Importância crescente dos centros urbanos estruturantes das regiões menos desenvolvidas, no sistema urbano nacional, como condição de suporte ao desenvolvimento das atividades económicas e do emprego e de renovação demográfica; > Maior cooperação intermunicipal e reforço do relacionamento das redes de cidades do Norte de Portugal e Galiza.	> Decréscimo populacional, envelhecimento populacional e perda de quadros qualificados da região do Alto Tâmega.

2.3. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

REFORÇAR A COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL E TRANSFRONTEIRIÇA NA REDE DE ESTRUTURAS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS

Reforçar a cooperação intermunicipal e transfronteiriça, promovendo a cooperação interurbana para liderar projetos de valorização do território transfronteiriço e de exploração dos mercados de proximidade. Esta ação implica também a atuação coletiva da região do Norte de Portugal e Galiza na articulação e cooperação em rede dos parques industriais.

IMPLANTAÇÃO DE INSTITUIÇÕES E ESTRUTURAS PÚBLICAS E PRIVADAS DE SUPORTE AO TECIDO EMPRESARIAL

A implantação local de instituições e estruturas públicas e privadas de enquadramento e suporte às necessidades do tecido empresarial característico da região (PME's), com maior destaque para os principais *clusters* da região. Além da necessidade da criação de uma delegação no concelho

da NERVIR, de modo a contribuir para uma maior dinamização empresarial, será necessário reforçar os meios da ACISAT e a sua participação nas ações de carácter de dinamização empresarial, além de ser essencial estabelecer parcerias com outras instituições de maior abrangência, que lidem com questões relacionadas com o exercício da atividade económica.

INTEGRAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS NAS REDES INTERNACIONAIS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE

Inserir a rede de Áreas de Localização Empresarial nas grandes redes de transportes internacionais, com especial relevância para a ligação do IP3 à Autovia das Rias Baixas através de Chaves, e para a ligação ferroviária da Plataforma Logística à rede ferroviária internacional.
Dotação de infraestruturas tecnológicas e de tecnologias de informação e conhecimento de modo criar condições para uma estrutura empresarial mais favorável à inovação e ao desenvolvimento tecnológico e que permitam o surgimento de serviços avançados baseados na distância, sobretudo de natureza empresarial. As TIC permitem ainda articular em rede os parques industriais da Euro-região em geral e do município em particular, de modo a aproveitar as sinergias criadas.

REFORÇO E MODERNIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

É necessário modernizar e reestruturar as unidades de transformação existentes nas cooperativas, quer ao nível de novas tecnologias e controlo de qualidade, quer ao nível das estruturas de apoio à comercialização dos produtos. A integração dos agricultores e seus agentes a uma maior escala territorial de intervenção, nomeadamente do Alto Tâmega e da região de Verín, permite criar novas iniciativas e divulgar experiências, possibilitando a criação e o reforço de associações em áreas deficitárias. A criação de sinergias e economias de escala através de formas de integração ou cooperação para atuar ao longo das diversas fileiras permite implementar estratégias empresariais mais consistentes nos domínios da gestão, do marketing e da qualidade, para fazer face às novas condições de concorrência a nível local e global.

ESTRUTURAÇÃO, REORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL

Estruturar, reordenar e qualificar as Áreas de Localização Empresarial, dotando-os de gestão profissional, tendo em vista consolidar pólos de competitividade articulados pelas novas condições de acessibilidade e na lógica de disponibilização de espaços de qualidade, de relações de proximidade e forte interação e de concentração de recursos qualificados, para maior atratividade

de investimento direto exterior e estrangeiro, de fomento de economias de aglomeração e de densificação das interações criativas e inovadoras.

DESENVOLVIMENTO DE UM PARQUE TECNOLÓGICO

Criação de um pólo de concentração de atividades avançadas de ciência e tecnologia, assumindo um papel destacado como acolhimento de atividades inovadoras e de base tecnológica e localização de instituições com potencial para suportarem o desenvolvimento das atividades mais intensivas em conhecimento e dos *clusters* competitivos que se vêm afirmando na região. É necessário ainda garantir a sua articulação com as instituições de ensino superior e institutos e centros de investigação e desenvolvimento tecnológico com atividades de ligação ao tecido empresarial.

CRIAÇÃO DE UM PAVILHÃO MULTIUSOS

Criação de um Pavilhão Multiusos, capaz de afirmar Chaves e a sua região envolvente no contexto nacional, ibérico e internacional, através da organização de feiras comerciais e para o público em geral para a promoção dos produtos locais e regionais tradicionais de modo a constituir um importante papel na dinamização do tecido empresarial e industrial local e regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRAT (2004) – *Alto Tâmega: Setores Económicos*. Caderno Temático n.º4, Associação de Desenvolvimento Regional do Alto Tâmega, Chaves, 2004

C.M. CHAVES (2007) – *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Chaves: Chaves 2015*. Câmara Municipal de Chaves, Chaves, dezembro de 2007

C.M. CHAVES (2008) – *Proposta de Definição de âmbito de Avaliação Ambiental Estratégica da Alteração do PDM de Chaves*. Câmara Municipal de Chaves, Chaves, agosto 2008

CCDR-N, IPB e UTAD (2005) – *Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro, Estudos de Fundamentação Técnica: Estruturas e Dinâmicas Produtivas de Base Territorial*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Instituto Politécnico de Bragança, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Vila Real, agosto de 2005

CCDR-N, IPB e UTAD (2005) – *Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro, Estudos de Fundamentação Técnica: Estruturas Atores e Políticas de Ordenamento de Desenvolvimento Territorial*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Instituto Politécnico de Bragança, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Vila Real, dezembro de 2005

GAMA, Rui (1999) – *Dos parques industriais aos parques de ciência e tecnologia: novas formas de implantação das atividades (industriais).* Desafios, Revista Desenvolvimento Regional, n.º 6, NERLEI, Leiria, 1999

MAOTDR / DGOTDU (2006) – *Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território*. Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Lisboa, dezembro 2006

MOREIRA, Rodrigo (2005) – *O planeamento urbano e a construção da cidade: o caso de Chaves na segunda metade do século XX*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Geografia Humana, Território e Desenvolvimento, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2005

PLANUM, LDA (1995) – *Estudos de fundamentação técnica do Plano Diretor Municipal de Chaves*. Câmara Municipal de Chaves, 1995

Chaves, outubro de 2015